

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA ASSISTENCIAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2018 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

MANUSCRIPT

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
Associação Evangélica Assistencial

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Evangélica Assistencial (Entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros, NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e Interpretação Técnica Geral ITG 2002.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 12 de abril de 2019

Atenciosamente,

Prof. MSc. Wesley Abra de Assis

Contador - CRC 1SP288527/O-6

Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda.

CRC 2SP010626/O-4

Associação Evangélica Assistencial**Balanco Patrimonial**

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

Em reais

Ativo	Nota	2018	2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	340.666	323.976
Adiantamento de Férias	4	29.795	52.050
Despesas Antecipadas		1.682	1.199
		372.143	377.226
Ativo não circulante			
Imobilizado	5	18.000	44.367
		18.000	44.367
Total do ativo		390.143	421.593
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	6	8.153	18.073
Recursos de Projetos em Execução	7	63.541	57.355
Tributos a pagar	8	379	115
Obrigações sociais e trabalhistas	9	316.254	317.473
Total do passivo		388.327	393.016
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	10	28.577	(22.062)
Superávit ou Déficit do Período		(26.761)	50.639
Total do Patrimônio Líquido		1.816	28.577
Total do passivo e patrimônio líquido		390.143	421.593

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras*

Associação Evangélica Assistencial

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

Em reais

	Nota	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	11		
Com Restrição		3.587.170	3.596.724
Programa (Atividades) de Educação		2.883.862	2.858.202
Programa (Atividades) de Assistência Social		335.517	337.316
Despacho - Ministério Público do Trabalho		-	50.000
Trabalho Voluntário		367.791	351.206
Sem Restrição		520.942	464.580
Contribuições e Doações Voluntárias		489.784	437.718
Créditos Nota Fiscal Paulista		31.158	26.862
Festas e Eventos		-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	13		
Com Programas (Atividades)		(3.644.563)	(3.517.301)
Educação		(3.255.507)	(3.103.141)
Assistência Social		(389.056)	(414.161)
SUPERÁVIT BRUTO		463.549	544.003
DESPESAS OPERACIONAIS	13	(483.720)	(501.810)
Administrativas			
Impostos e Taxas		(324)	(5.276)
Serviços Gerais		(58.109)	(29.265)
Manutenção		(4.421)	(41.940)
Depreciação e Amortização		(26.367)	(17.733)
Uso e Consumo		(28.253)	(44.298)
Festas e Eventos		(405)	(1.426)
Material Pedagógico		(744)	(1.279)
Outras despesas/receitas operacionais		(365.097)	(360.592)
Superávit / (Déficit) antes do resultado financeiro		(20.171)	42.193
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	14	(6.590)	8.447
Receitas Financeiras		14.435	22.188
Despesa Financeiras		(21.025)	(13.742)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		(26.761)	50.639

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras*

Associação Evangélica Assistencial

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

Em reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit / Déficit do Período</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(141.340)</u>	<u>188.356</u>	<u>47.016</u>
Superávit / Déficit do Período	-	50.639	50.639
Ajuste de exercício anterior	(69.078)	-	(69.078)
Incorporação do Superávit / Déficit	188.356	(188.356)	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>(22.062)</u>	<u>50.639</u>	<u>28.577</u>
Superávit / Déficit do Período	-	(26.761)	(26.761)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-
Incorporação do Superávit / Déficit	50.639	(50.639)	-
Em 31 de dezembro de 2018	<u>28.577</u>	<u>(26.761)</u>	<u>1.816</u>

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras*

Associação Evangélica Assistencial
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017
Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit do Exercício	<u>(26.761)</u>	<u>50.639</u>
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido		
Ajuste de Exercícios Anteriores - Caixa e Equivalentes		
Ajuste de Exercícios Anteriores - Resultado		3.461
Depreciação e amortização	<u>26.367</u>	<u>17.730</u>
Superávit Ajustado	<u>(394)</u>	<u>71.830</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamentos	21.290	(17.197)
Despesas Antecipadas	483	(1.199)
Fornecedores	(9.920)	12.516
Recursos de Projetos em Execução	6.187	(50.783)
Tributos a pagar	(7.332)	96
Obrigações sociais e trabalhistas	<u>6.376</u>	<u>49.606</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>17.083</u>	<u>(6.962)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.690</u>	<u>64.868</u>
Caixa e equiv. De caixa no início do período	323.976	259.108
Caixa e equiv. De caixa no fim do período	<u>340.666</u>	<u>323.976</u>
Variação no caixa e equivalente de caixa	<u>16.690</u>	<u>64.868</u>

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras*

1. Contexto Operacional

A Associação Evangélica Assistencial - AEA é uma organização de sociedade civil, sem fins lucrativos e não governamental, que tem por finalidade:

a) A oferta da primeira etapa de educação básica, de acordo com as metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação e padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelo MEC;

b) A realização de ações socioassistenciais de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através da prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal;

c) No desenvolvimento das atividades, e na prestação de serviços executados pela "AEA", não existe distinção alguma quanto a raça, cor, condição social, nacionalidade ou credo religioso.

d) Realizar a prestação de serviços na área da Educação e da Assistência Social integralmente gratuitos, sem a cobrança de anuidades ou semestralidades. Promover gratuitamente programas e ações nas áreas de esportes, cultura, lazer, meio ambiente, assistência e prevenção à saúde.

e) Organizar e dirigir o trabalho de voluntários de acordo com as atividades destinadas e a habilidade dos candidatos, sejam eles de origem nacional ou estrangeira, desde que demonstrem interesse e capacidade para colaborar com o cumprimento dos objetivos da AEA, observando-se as normas e as exigências da legislação vigente;

f) Cumprir com normas, regras e orientações emanadas dos convênios, contratos e/ ou outros documentos reguladores, tanto para áreas administrativas como na execução prática das atividades que envolvem os usuários finais.

g) Definir anualmente planos de trabalho e planos orçamentários que regularizarão a utilização dos recursos de forma organizada e planejada. Definir ainda indicadores para a avaliação do trabalho executado.

h) Observar e cumprir para toda e qualquer compra de material e/ ou contratação de serviços os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da

economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, previstas na Lei 8.666/93.

i) Dar publicidade quanto a utilização dos recursos aos associados da “AEA” e a todo e qualquer membro da sociedade civil, por meio da publicação de relatórios de execução de atividades e do Balanço Patrimonial.

j) Cumprir sem desvios de conduta ou finalidade os objetivos e as prerrogativas estatutárias, entendendo o objetivo definido no Estatuto Social como a razão de ser entidade.

2. Principais Diretrizes Contábeis

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a entidade adotou a NBC TG 07 e NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com observância às disposições da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 a partir do ano de 2016.

a) Apuração do Superávit/Déficit

O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência. O valor do superávit ou déficit do exercício é registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício, enquanto não aprovado em assembleia pelo Conselho de Administração. Após aprovação, realiza-se a transferência para a conta Patrimônio Social.

b) Ativo e Passivo Circulante e Não - Circulante

Os ativos e passivos circulantes são assim classificados quando se espera realizá-lo ou consumi-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, já os ativos e passivos não circulantes são assim classificados quando sua realização ocorrer após 12 meses do período de divulgação.

c) Ativo Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil determinada pela legislação fiscal brasileira, conforme nota explicativa n° 05.

d) Patrimônio Líquido

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

e) Subvenções Governamentais e Convênios

O recebimento efetivo das Subvenções Governamentais e Convênios são contabilizados em contas do passivo circulante e as receitas de subvenção são reconhecidas no momento da realização dos projetos a elas vinculadas, cuja validação ocorre após a prestação de contas ao órgão público.

f) Uso de Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, o uso de estimativas é requerido para contabilizar certos ativos e passivos, cujos resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

Descrição	2018	2017
Caixa	1.213	1.525
<i>Sem Restrição</i>		
Bancos c/ Movimento	4.647	13.296
Aplicações Financeiras	128.366	93.239
<i>Com Restrição</i>		
Bancos c/ Movimento	1.363	1.220
Aplicações Financeiras	205.077	214.696
Total	340.666	323.976

Os recursos com restrição referem-se a convênios firmados junto ao poder público, cuja aplicação possui propósito e destinação específica.

4. Adiantamento de Férias

Tratam-se de valores pagos de férias a funcionários que serão baixados em janeiro de 2019.

5. Ativo Imobilizado

Ao longo do exercício a entidade realizou o levantamento e valoração dos bens imobilizados, assim como a atribuição de vida útil aos mesmos, alterando a política contábil. Constatando haver muito mais bens na contabilidade em relação ao levantamento, procederam com a baixa a título de ajuste contábil, visando a representação fidedigna da situação atual da entidade. Assim, em 31 de dezembro de 2018 o ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

Imobilizado	Terrenos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.000	34.907	24.279	39.141	18.309	134.636
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(21.766)	(35.055)	(15.718)	(72.539)
Depreciações	-	(8.540)	(2.513)	(4.086)	(2.591)	(17.730)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18.000	26.367	-	-	-	44.367
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciações	-	(26.367)	-	-	-	(26.367)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.000	-	-	-	-	18.000

6. Fornecedores

O grupo de fornecedores está constituído de dívidas contraídas pela entidade para fornecimento de materiais e serviços com o objetivo de manter e subsidiar as atividades realizadas pela Associação. As liquidações desses títulos serão realizadas em janeiro 2019 de acordo com seus vencimentos.

7. Recursos de Convênios em Execução

A entidade possui contrato de gestão e termos de parceria junto a Prefeitura Municipal de Campinas, assim como termo de colaboração firmado junto a FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas. Na data de fechamento do Balanço, a entidade apresentava valores recebidos procedentes dos Convênios, os quais ainda estavam em fase de execução e aplicação dos recursos.

Unidade / Projeto	Convênios a Executar	Despesas Empenhadas	Saldo Líquido a Executar
CEI Robinson Cavalcanti - Satélite Íris II	162.625	(141.987)	20.639
Associação Evangélica Assistencial - Unidade Vila Formosa	64.598	(35.493)	29.105
Associação Evangélica Assistencial - Unidade Santa Rosa	7.370	(15.215)	(7.845)
Associação Evangélica Assistencial - Unidade Santa Rosa TC	1.363	-	1.363
Despesas não admitidas projeto CEI CG 024/16	20.279	-	20.279
Total	256.235	(192.695)	63.541

8. Obrigações Fiscais

Contemplam os tributos incidentes sobre notas fiscais de compras e serviços contratados.

9. Obrigações Trabalhistas

Constitui-se de salários, provisões, encargos sociais, impostos e contribuições incidentes sobre as verbas trabalhistas, detalhados abaixo:

Descrição	2018	2017
Salários a Pagar	109.111	117.927
Rescisões a Pagar	5.221	715
INSS a Recolher	14.380	11.454
FGTS a Recolher	15.744	38.606
PIS a Recolher	-	776
IRRF a Recolher	5.713	3.631
Contribuição Sindical	98	8.763
Contribuição Assistencial	-	237
Provisão de Férias	165.987	135.365
Total	316.254	317.473

10. Patrimônio Social

O Patrimônio Social da Associação é composto dos bens de constituição da entidade e, ano a ano, os Déficits ou Superávits apurados no resultado também são acrescidos.

11. Receitas

Abaixo detalhadas conforme natureza:

Descrição	2018	2017
Com Restrição		
<i>Atividades de Educação</i>		
Termo de Colaboração SME / PMC	533.092	458.902
Contrato de Gestão PMC	2.350.770	2.399.300
<i>Atividades de Assistência Social</i>		
Termo de Colaboração PMC	212.465	192.000
Termo de Fomento PMC	128	6.506
Termo de Parceria FEAC	122.924	138.810
<i>Outras Receitas com Restrição</i>		
Despacho - Ministério Público do Trabalho	-	50.000
Trabalho Voluntário	367.791	351.206
Sem Restrição		
<i>Contribuições e Doações Voluntárias</i>		
Contribuições e Doações	182.023	140.015
Doações Alimentos PMC/CEASA*	307.761	297.703
<i>Outros Recursos</i>		
Créditos Nota Fiscal Paulista	31.158	26.862
Festas e Eventos	-	-
Total	4.108.112	4.061.304

*Os alimentos fornecidos pela Associação aos alunos dos Centros Educacionais e de Assistência Social são fornecidos pelo CEASA Campinas, que possui acordo de fornecimento junto à Prefeitura Municipal de Campinas.

12. Aplicação de Recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas.

13. Custos e Despesas Operacionais

Abaixo detalhados conforme natureza:

Descrição	2018	2017
Despesas Administrativas	130.408	443.576
Despesas com Alimentação	474.288	234.932
Despesas de Manutenção	55.426	158.505
Despesas com Pessoal	2.250.041	2.178.908
Despesas com Transporte	59.724	55.636
Encargos Sociais	261.641	225.822
Materiais Pedagógicos	35.413	16.110
Despesas com Serviços	168.848	29.265
Doações Alimentos PMC/CEASA*	310.821	297.703
Trabalho Voluntário	367.791	351.206
Despesas com Eventos	-	5.022
Outros Custos / Despesas	13.880	22.426
Total	4.128.283	4.019.112
Custos	3.644.563	3.517.301
Despesas Administrativas	483.720	501.810
Total	4.128.283	4.019.112

14. Resultado Financeiro

Abaixo detalhado conforme natureza:

Descrição	2018	2017
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicação	14.253	21.996
Descontos Obtidos	183	192
Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	(15.899)	(11.702)
Multa, Juros e Mora	(2.815)	(2.039)
IOF	(300)	-
IRRF sobre aplicação	(2.011)	-
Total	(6.590)	8.447

15. Gratuidades e Benefícios Fiscais

Os atendimentos e demais serviços prestados pela Associação são integralmente destinados à assistência social e bolsas de estudo, conforme requisita a Lei 12.101 de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (CEBAS), a entidade mantém de forma contínua e regular a escrituração contábil de suas receitas e despesas, bem como, a demonstração da renúncia fiscal em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Entidade teve seu último certificado CEBAS concedido pela Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, exarada nos autos do processo nº 23000.005746/2015-08, que certificou a entidade pelo período de 14/06/2015 a 13/06/2018.

Em 08/06/2018 a entidade iniciou o requerimento de renovação do CEBAS por meio do Ministério da Educação, sob processo de nº 23000.019194/2018-50. No entanto, o mesmo encontra-se em análise desde então. Ressaltamos que o certificado se mantém ativo até que seja concluído o processo protocolado.

16. Isenção da quota Patronal da Previdência Social

Em atendimento à Lei nº 12.101/09 art. 4º, a entidade dedica-se ao atendimento e educação de pessoas com carência socioeconômica. Sendo assim, a entidade possui a certificação de entidade educacional, usufruindo do valor de isenção da quota patronal da previdência social, demonstrados abaixo. A entidade usufrui desta renúncia fiscal pelo Estado em virtude de sua contrapartida de prestar serviços de educação e assistência gratuitos.

Relação dos Tributos Objeto de Renúncia Fiscal:

- Cota Patronal do INSS em 2018: R\$ 580.123,75
- Cota Patronal do INSS em 2017: R\$ 537.788,99

Destacamos ainda que a renúncia fiscal relativa a Cota Patronal do INSS não foi apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício em função da Revisão (R1) da Resolução 1.409, a qual alterou a alínea (c) do item 27, excluindo o texto “a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;” e substituindo-a por “relação dos tributos objeto de renúncia fiscal”.

17. Dirigentes e Conselheiros

Os diretores e conselheiros não percebem remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título como retribuição aos serviços prestados.

18. Cobertura de Seguros

Para atender as medidas preventivas, adotadas permanentemente, a Prefeitura Municipal de Campinas efetua a contratação de seguros em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros nos Centros Educacionais sob gestão da Associação Evangélica Assistencial.